



CARTA MANIFESTO

Entre os dias 06 e 08 de fevereiro de 2026, nós, mulheres quilombolas, assentadas, lavradoras, professoras, artesãs, estudantes, moradoras das comunidades atravessadas pela logística do corredor carajás nos estados do Maranhão e Pará estivemos reunidas no território sagrado de Santa Rosa dos Pretos¹ para o II PRÉ ERAM² DE MULHERES DO CORREDOR CARAJÁS. Este encontro nasceu do desejo de fortalecer o intercâmbio entre mulheres atingidas pela mineração e pelo agronegócio, unindo vozes com parceiras de todo o país para nutrir as resistências e as lutas comunitárias nos territórios impactados pelas atividades de grandes projetos minero siderúrgicos.

Nossa caminhada nestes dias foi guiada pelo respeito e pelo cuidado. Buscamos uma escuta atenta e afetuosa da memória viva deste território, honrando cada relato de resistência compartilhado por quem mantém ele de pé.

“Pisar o chão para ler mundo”

Este ensinamento de Anacleta Pires, raiz forte que sustenta a história e luta desse território, foi o alicerce deste encontro. Partimos da compreensão de que, sem sentir e respeitar o lugar em que se vive, simplesmente não se vive, reflexão que se une à fala potente de uma companheira: “nosso lugar no mundo é onde queremos proteger”. É sob esse sentido de pertença e cuidado que sentimos a presença de Anacleta em cada gesto, reforçando a certeza de que este território é sagrado, onde devemos



tecer redes e fortalecer nossa união. A ela, nossa eterna gratidão pela luta e pelo legado deixado. Anacleta, presente, presente, semente! Germinaremos!

Através do diálogo entre nossas diversas realidades, compreendemos como o sistema capitalista, a mineração e o agronegócio impactam de forma específica a vida das mulheres, tentando transformar nossos corpos e terras em mercadoria. Quando falamos em impactos diferenciados estamos tratando: do aumento da violência doméstica, falta de acesso a água, saneamento básico, educação, moradia, criminalizações e ameaças, limitações de acesso ao trabalho e geração de renda.

Dentre as discussões, pautamos a problemática do racismo que tanto sufoca nossos corpos e existência, que, quando somado à opressão sobre as mulheres já imposta pelo patriarcado, faz com que nossos corpos sejam silenciados dos espaços, invisibilizados. Ao pautar o racismo ambiental, este se revela como uma estratégia cruel de dominação, que isola comunidades e nega o acesso a direitos fundamentais, como a água e a saúde, imposto por órgãos de Estado e empresas.

As violências perpetradas pelo racismo fazem com que o território Santa Rosa dos Pretos possua aparelhos públicos, como a escola e o posto de saúde, extremamente precários, sem qualquer estrutura para seus funcionamentos — entenda-se por estrutura não só a física, mas também de suprimentos e materiais.

Ao caminhar pela comunidade, ainda são perceptíveis as dificuldades no trânsito de pessoas, pois, não bastasse ser atravessada por uma rodovia (BR 135), que ainda querem duplicar, e aqui reafirmamos: NÃO A DUPLICAÇÃO DA BR 135, esta não possui qualquer sistema de contenção da velocidade dos veículos, causando diversos acidentes na comunidade.



Somada à alta velocidade na via e insegurança causada, há a falta de iluminação pública.

Estamos falando de uma comunidade quilombola com centenas de anos que possui seus direitos resguardados pela Constituição, em leis específicas que preveem políticas públicas direcionadas ao bem-viver e à vida digna das pessoas, e que estão tendo eles diariamente violados.

A vivência deste encontro nos convoca a transformar a escuta em movimento. Somamos nossa voz à de Santa Rosa dos Pretos para manifestar nossas reivindicações e exigir providências urgentes nos seguintes pontos:

1-Educação: reforma, manutenção e ampliação do prédio da Escola Quilombola, onde na mesma funcionam o ensino Infantil (Mamãe Olívia), o ensino fundamental (Elvira Pires) e o ensino médio (Rafaela Pires), cabe dizer que a escola está em péssimas condições de uso, com banheiros sem água, salas sem piso, janelas destruídas e fachada caindo, é necessária e urgente a reforma da quadra poliesportiva. Efetivação da Lei nº 10.639/2003, garantias para contratar professores quilombos.

2-Saúde: reforma da UBS Quilombola Antônio Hugo Fonseca Belfort, compras de materiais e equipamentos para um bom funcionamento. Garantia do atendimento odontológico, para que haja para além de consultas o atendimento e realização de tratamentos.

3-Saneamento Básico: Garantir a coleta de lixo na comunidade, construção de fossas sépticas, manutenção de poços artesianos.



4 – Cumprimento da Lei N. 1601/2023 de Itapecuru- Mirim que prevê a destinação mínima de 50% dos recursos oriundos da CFEM- Compensação Financeira pela Exploração Mineral- para áreas e comunidades impactadas diretamente pela Ferrovia Carajás e Transnordestina. Que dentre a destinação de uso que este seja pensando sobre a perspectiva de gênero e endereçado parte para fomentar políticas públicas para as mulheres.

5- Garantia de Políticas Públicas que fomentem a produção e renda da comunidade, sendo assegurado a consulta para que indiquem aquelas que entenderem mais pertinentes ao seu território.

6- Garantia de segurança na via, com redutores de velocidade, instalação de passarelas e iluminação pública nas vias da comunidade.

Assim, nós reafirmamos nosso compromisso com a luta e resistência das mulheres nos seus territórios e o acompanhamento das demandas aqui apontadas, em continuidade e solidariedade ao território de Santa Rosa dos Pretos.

Organizações:

AAQ – Agentes Agroflorestais Quilombolas

Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos

AIAAV's – Articulação Internacional dos Atingidas e Atingidos pela Vale

Associação Cantina Comunitária

Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos



Associação Justiça nos Trilhos

Associação Mulheres Semente da Terra – Assentamento Francisco Romão-Açailândia

Casa das Águas – TAIM

Comissão Pastoral da Terra – Marabá-Pará

Conselho Gestor da Resex Tauá Mirim

GEDMMA – Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul – PACS

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Movimento em Defesa da Ilha – São Luís-MA

Rede Nacional de Mulheres Guardiães de Territórios Ameaçados e Atingidos por Megaprojetos

REPAM Brasil

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Açailândia

UNICQUITA – União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim - MA

Via Campesina